



Relatório de Prestação de Contas 2025

Índice

1. Introdução	7
1.1 Nota Prévia	7
1.2 Estrutura Política	7
2. Enquadramento Macroeconómico	8
3. Síntese de Resultados	12
4. Relatório Financeiro	13
4.1 Análise Orçamental	13
4.1.1 Principais Evidências	13
4.1.2 Equilíbrio Orçamental.....	14
4.2 Análise da Despesa.....	16
4.2.1 Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa	16
4.2.2 Execução Orçamental da Despesa.....	17
4.2.3 Evolução da Despesa Global	19
4.2.3 Análise à Evolução da Estrutura da Despesa Corrente	21
4.2.4 Análise à Evolução da Estrutura da Despesa de Capital	23
4.2.5 Evolução da Despesa com Transferências, Subsídios e Outras Formas de Apoio Concedidos pelo Município de Fornos de Algodres.....	26
4.3 Análise da Receita.....	29
4.3.1 Alterações e Revisões Orçamentais da Receita	29
4.3.2 Execução Orçamental da Receita.....	30
4.3.3 Evolução da Receita	31
4.3.4 Transferências e Subsídios Obtidos	34
4.4 Movimentos de Tesouraria	35
5 Análise da Situação Económico-Financeira	38
5.1 Análise do Balanço.....	38
5.2 Análise da Demonstração de Resultados.....	41

5.3 Análise à Situação da Dívida.....	42
5.3.1 Dívida Global.....	42
5.3.2 Serviço de Dívida.....	43
5.3.3 Dívida Total.....	43
5.4 Equilíbrio Orçamental.....	44
5.5 Plano Ajustamento Municipal.....	45
5.6 Contabilidade de Gestão.....	45
5.7 Proposta de Aplicação de Resultados.....	46

Índice de Quadros

Quadro 1 - Principais Indicadores.....	13
Quadro 2 - Poupança Corrente do Exercício	14
Quadro 3 - Saldo Global Efetivo	14
Quadro 4 - Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa.....	16
Quadro 5 - Despesa por Classificação Económica.....	17
Quadro 6 - Evolução da Despesa Global Realizada e Paga	19
Quadro 7 - Evolução da Despesa com Pessoal	21
Quadro 8 - Evolução das Despesas de Investimento Total	23
Quadro 9 - Fontes de Financiamento do Investimento Global do Município	24
Quadro 10 - Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI).....	25
Quadro 11 - Estrutura das Transferências.....	26
Quadro 12 - Transferências para as Freguesias	27
Quadro 13 - Transferência por Entidades.....	28
Quadro 14 – Alteração e Origem do Decréscimo da Dotação	29
Quadro 15 Receita Orçada, Liquidada e Cobrada por Classificação Económica.....	30
Quadro 16 - Receita Liquidada e Não Cobrada.....	30
Quadro 17 - Evolução da Receita Global Cobrada.....	31
Quadro 18 - Evolução da Estrutura da Receita Fiscal	32
Quadro 19 - Estrutura e Execução das Receitas de Capital.....	34
Quadro 20 - Receita Proveniente de Transferências.....	34
Quadro 21 - Resumo da Conta de Gerência – Fluxos de Caixa.....	35
Quadro 22 - Operações de Tesouraria	36
Quadro 23 - Garantias e Cauções	36
Quadro 24 - Balanço Sintético	38

Quadro 25 - Indicadores do Balanço	39
Quadro 26 - Demonstração dos Resultados por Natureza	41
Quadro 27 - Evolução da Dívida Bancária.....	42
Quadro 28 - Evolução do Serviço da Dívida	43
Quadro 29 - Índices de Mecanismos de Recuperação Financeira	43
Quadro 30 - Limites do Endividamento.....	44
Quadro 31 - Equilíbrio Orçamental	45

1. Introdução

1.1 Nota Prévia

Nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete ao Presidente da Câmara Municipal submeter à aprovação da Câmara Municipal e à apreciação e votação da Assembleia Municipal os documentos de prestação de contas.

O presente **Relatório de Gestão**, elaborado em conformidade com o **Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)**, reporta-se ao exercício económico de **2025** e tem por objetivo analisar a atividade desenvolvida pelo Município de Fornos de Algodres, evidenciando a evolução da execução orçamental, bem como a situação económica, financeira e patrimonial da autarquia.

Este documento constitui um elemento fundamental da prestação de contas, permitindo assegurar os princípios da transparência, da responsabilidade financeira e do controlo da gestão pública.

1.2 Estrutura Política

A composição política dos órgãos municipais sofreu alterações em relação ao ano transato, em virtude do ato eleitoral realizado no dia 12 de outubro de 2025.

No período compreendido entre 1 de janeiro de 2025 e 2 de novembro de 2025, a composição política do Executivo Municipal era a seguinte:

Presidente – António Manuel Pina Fonseca – PS

Vice-Presidente – Alexandre Filipe Fernandes Lote - PS

Vereador – Maria Luísa Dias Gomes – PS

Vereador – Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues – Coligação PPD/PSD CDS/PP

Vereador – Cristina Maria Campos Guerra – Coligação PPD/PSD CDS/PP

Na sequência da tomada de posse do novo executivo municipal no dia 3 de novembro de 2025, a composição política do órgão executivo passou a ser a seguinte:

Presidente – Alexandre Filipe Fernandes Lote – PS

Vice-Presidente – Bruno Henrique Figueiredo Costa – PS

Vereadora – Maria Luísa Dias Gomes – PS

Vereadora – Rui Furtado Ferreira Lopes Furtado – PSD/PSD

Vereadora – João Manuel Pina Gomes – PPD/PSD

2. Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2025 caracterizou-se por um crescimento económico global moderado, num contexto ainda marcado por elevados níveis de incerteza geopolítica e por uma crescente fragmentação das relações comerciais internacionais. A evolução da economia mundial foi condicionada, em particular, pelo agravamento das tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China, bem como pela manutenção de políticas económicas restritivas em várias economias avançadas.

Um dos desenvolvimentos mais relevantes foi o aumento significativo dos direitos aduaneiros aplicados pelos Estados Unidos às importações provenientes da China, com a taxa efetiva média a registar uma subida expressiva face ao ano anterior. Esta medida teve impacto direto na redução das importações norte-americanas de bens chineses, contribuindo para um abrandamento do comércio bilateral entre as duas economias.

A nível global, a inflação continuou a apresentar uma trajetória de desaceleração, ainda que persistindo acima dos objetivos das principais autoridades monetárias em algumas economias. Este contexto levou à manutenção de condições financeiras relativamente restritivas, condicionando o investimento e o consumo em diversas regiões.

1. Internacional

1.1. Mundo

A economia mundial registou um crescimento contido em 2025, refletindo os efeitos combinados da incerteza geopolítica, das tensões comerciais e das condições monetárias restritivas. O comércio internacional foi particularmente afetado pelo aumento das barreiras tarifárias entre os Estados Unidos e a China, o que contribuiu para uma reconfiguração parcial das relações comerciais globais.

O impacto das tarifas aduaneiras foi mais evidente na contração das importações norte-americanas provenientes da China, estimando-se uma redução relevante tanto em valor como em volume.

Por outro lado, a ausência de evidência clara de desvio de comércio para a União Europeia sugere que outros fatores, como ganhos de competitividade da China, continuam a desempenhar um papel determinante na evolução dos fluxos comerciais.

1.2. Europa

A economia da área do euro apresentou um crescimento moderado, evidenciando alguma heterogeneidade entre países e setores de atividade. O setor industrial continuou a enfrentar desafios, associados à menor

procura externa e ao aumento da concorrência internacional, enquanto os serviços mantiveram uma evolução relativamente mais favorável.

A crescente sofisticação da estrutura produtiva chinesa, com progressiva especialização em bens de maior valor acrescentado, intensificou a pressão competitiva sobre as economias europeias, nomeadamente em setores industriais tradicionais e em segmentos de maior tecnologia.

1.3. Principais Mercados Estrangeiros (China e EUA)

Os Estados Unidos e a China continuaram a assumir um papel central na dinâmica económica global. A política comercial norte-americana, marcada pelo aumento das tarifas sobre produtos chineses, teve impacto relevante na reorganização dos fluxos comerciais e nas cadeias globais de valor.

Por sua vez, a China prosseguiu o processo de transformação estrutural da sua economia, reforçando a sua presença em setores de maior intensidade tecnológica e valor acrescentado. Esta evolução tem contribuído para um aumento da concorrência nos mercados internacionais, afetando não só as economias emergentes, mas também países desenvolvidos, incluindo os da União Europeia.

1.4. Economia Portuguesa

Em 2025, a economia portuguesa evoluiu num enquadramento externo desafiante, mantendo, ainda assim, uma trajetória de crescimento moderado. A atividade económica beneficiou do contributo do setor externo, embora condicionada pela desaceleração da procura internacional e pelo aumento da concorrência global.

No domínio das exportações, observou-se um dinamismo relevante em segmentos específicos, nomeadamente nos bens com potencial utilização militar, cujo crescimento se intensificou nos últimos anos. Este desempenho encontra-se associado ao aumento da despesa global em defesa, num contexto de agravamento das tensões geopolíticas e de reforço dos compromissos internacionais no âmbito da segurança.

Apesar de o peso destes bens no total das exportações nacionais permanecer relativamente reduzido, o seu crescimento acumulado foi significativo, refletindo oportunidades emergentes para as empresas portuguesas em nichos de mercado especializados.

Paralelamente, a economia portuguesa continua exposta a desafios estruturais, nomeadamente ao nível da competitividade externa. A sobreposição de vantagens comparativas com economias como a China em setores tradicionais - como o têxtil, vestuário, calçado e mobiliário - traduz-se numa maior pressão concorrencial, exigindo adaptação contínua por parte do tecido empresarial nacional.

Adicionalmente, o aumento da incerteza internacional e as condições financeiras mais exigentes continuaram a influenciar as decisões de investimento, tanto a nível empresarial como ao nível agregado.

2. Cenário Macroeconómico

2.1. Mundo

As perspetivas para a economia global mantêm-se condicionadas por um elevado grau de incerteza, num contexto marcado pela persistência de tensões geopolíticas e pela fragmentação das relações comerciais internacionais.

A evolução das relações entre os Estados Unidos e a China continuará a assumir particular relevância, após o aumento significativo das tarifas aduaneiras aplicado em 2025. Este enquadramento poderá influenciar os fluxos de comércio internacional e a organização das cadeias de abastecimento globais nos próximos anos.

Embora não se tenha verificado, até ao momento, um redirecionamento significativo das exportações chinesas para a União Europeia, este risco mantém-se no médio prazo, tendo em conta que os ajustamentos no comércio internacional tendem a ocorrer de forma gradual.

Adicionalmente, a progressiva especialização da economia chinesa em bens de maior valor acrescentado deverá continuar a intensificar a concorrência nos mercados internacionais, constituindo um desafio adicional para as economias exportadoras.

2.2. Europa

A economia da área do euro deverá evoluir num contexto externo exigente, caracterizado por um crescimento moderado e por uma maior pressão competitiva a nível internacional.

A exposição das economias europeias à evolução do comércio global, bem como às alterações nas políticas comerciais das principais economias, continuará a influenciar o desempenho económico da região, em particular nos setores mais orientados para a exportação.

A intensificação da concorrência internacional, associada à evolução estrutural de economias como a China, poderá constituir um fator de risco adicional para a atividade industrial europeia.

2.3. Principais Mercados Estrangeiros (China e EUA)

Os Estados Unidos e a China deverão manter um papel central na definição do enquadramento económico internacional.

As políticas comerciais norte-americanas, nomeadamente ao nível das tarifas aduaneiras, e a evolução do modelo económico chinês continuarão a condicionar os fluxos de comércio internacional e a confiança dos agentes económicos.

O reforço da capacidade competitiva da China em segmentos de maior valor acrescentado poderá acentuar a concorrência nos mercados externos, com impacto potencial nas exportações europeias.

2.4. Cenário Interno

As perspetivas para a economia portuguesa permanecem dependentes da evolução do enquadramento internacional, num contexto de crescimento moderado e de maior exigência competitiva.

A exposição da economia nacional aos mercados externos implica que alterações nos fluxos de comércio internacional e nas cadeias de valor globais tenham impacto relevante na atividade económica, particularmente nos setores mais exportadores.

Neste contexto, a concorrência internacional, em especial por parte da China, poderá intensificar-se em setores tradicionais da economia portuguesa, como o têxtil, vestuário, calçado e mobiliário, onde existe sobreposição de vantagens comparativas.

3. Síntese de Resultados

Em termos sintéticos destaca-se:

- ✓ O facto de o Município de Fornos de Algodres apresentar uma taxa de execução, em termos de cobrança, do orçamento da receita a rondar os 86%;
- ✓ O Município de Fornos de Algodres apresentar uma taxa de execução do orçamento da despesa a rondar os 86%;
- ✓ O aumento da receita corrente em relação ao ano 2024 em 5,03% deve-se essencialmente ao acréscimo da rubrica Transferências Correntes;
- ✓ Na ótica patrimonial destaca-se a continuidade de resultados positivos, sendo o resultado líquido do exercício de 587.326,43€.

4. Relatório Financeiro

4.1 Análise Orçamental

4.1.1 Principais Evidências

Quadro 1 - Principais Indicadores

(Un.: %)				
Indicador (1)	2022 Valor (2)	2023 Valor (3)	2024 Valor (4)	2025 Valor (6)
Receita				
Variação da receita total	0,59%	20,14%	11,31%	5,03%
Receitas correntes / Receitas Totais	85,84%	84,52%	76,37%	80,58%
Variação das receitas correntes	-5,64%	18,29%	0,57%	10,82%
Receitas Fiscais / Receitas correntes	12,32%	10,22%	9,70%	9,66%
Receitas correntes executadas / Receitas correntes orçadas	93,36%	103,52%	94,04%	100,75%
Receita Total / Receita Orçada	94,23%	90,66%	95,49%	86,05%
Despesa				
Variação da despesa total	9,03%	23,49%	1,02%	6,86%
Despesas correntes / Despesa total	73,88%	67,98%	72,18%	69,91%
Variação das despesas correntes	5,16%	13,64%	7,26%	3,50%
Despesas com pessoal / Despesas correntes	38,34%	37,96%	36,40%	38,46%
Despesas com Aquisição de bem e serviços / Despesas correntes	41,61%	42,55%	43,40%	43,22%
Despesas correntes executadas / Despesas correntes orçadas	92,86%	94,70%	96,80%	96,84%
Despesa Total / Despesa Orçada	87,43%	92,87%	94,31%	86,24%
Equilíbrio orçamental e Dívida				
Saldo corrente [receita corrente - despesa corrente] / Receitas correntes	-7,94%	-11,56%	-5,68%	-11,91%
Serviço da dívida / Receitas correntes	16,56%	12,29%	12,39%	10,68%

Fonte: Elaboração Própria

Os rácios orçamentais registam, em 2025, valores que demonstram que o Município mantém um forte compromisso com um efetivo controlo orçamental. A receita total regista (sem o saldo de gerência) um acréscimo de 5,03% em 2025 e a despesa total um aumento de 6,86%, conforme consta no Quadro 3.

Como consta no quadro anterior, ao nível da **execução do orçamento** realça-se a **taxa de execução da receita corrente**, bem como a taxa de **execução da despesa corrente**, tendo sido respetivamente de 100,75 % e 96,84%. A taxa de execução da receita do Município, bem como a taxa de execução da despesa, são demonstrativas do princípio de rigor e prudência nos pressupostos enunciados na preparação e controlo do orçamento.

4.1.2 Equilíbrio Orçamental

4.1.2.1 Equilíbrio Corrente

Quadro 2 - Poupança Corrente do Exercício

(Un.: euro)

Designação (1)		2024 Valor (2)	2025 Valor (3)	Variação	
				Valor (4)=(3)-(2)	% (5)=(3)/(2)
Receita corrente executada	1)	7 967 936	8 829 857	861 922	10,82%
Despesa corrente executada	2)	7 515 315	7 778 009	262 693	3,50%
Poupança corrente executada	3) = 1) - 2)	452 620	1 051 848	599 228	132,39%
Dívida corrente transitada da gerência anterior	4)	240 172	36 762	-203 410	-84,69%
Dívida corrente transitada para a gerência seguinte	5)	36 762	47 181	10 419	28,34%
Receita corrente liquidada e não cobrada no exercício	6)	-16 876	46 205	63 081	-373,80%
Poupança corrente do exercício	7) = 3) + 4) + 5) + 6)	952 851	1 265 940	313 089	32,86%

Fonte: Elaboração Própria

A poupança corrente bruta acrescida dos movimentos das dívidas correntes transitadas e a transitar bem como da receita corrente liquidada e não cobrada no exercício, permite-nos obter a poupança corrente do exercício que, em 2025, é de 1.265.940€.

Face ao homologado, houve uma variação positiva de 313.089€ (32,86%).

4.1.2.2 Equilíbrio Efetivo

Quadro 3 - Saldo Global Efetivo

(Un.: euro)

Designação (1)		2024 Valor (2)	2025 Valor (3)	Variação	
				Valor (4)=(3)-(2)	% (5)=(3)/(2)
Receitas Correntes	1)	7 967 936	8 829 857	861 922	10,82%
Receitas de capital (Efetivas)	2)	2 465 511	2 128 414	-337 098	-13,67%
Receita efetiva	3) = 1) + 2)	10 433 447	10 958 271	524 824	5,03%
Despesas correntes	4)	7 515 315	7 778 009	262 693	3,50%
Despesas de capital (efetivas)	5)	2 896 529	3 347 704	451 175	15,58%
Despesa efetiva	6) = 4) + 5)	10 411 844	11 125 712	713 868	6,86%
Saldo corrente	7) = 1) - 4)	452 620	1 051 848	599 228	132,39%
Saldo de capital	8) = 2) - 5)	-431 018	-1 219 290	-788 272	182,89%
Saldo da Gerência Anterior	9)	113 737	165 788	52 050	45,76%
Saldo global efetivo	10) = 7) + 8) + 9)	135 340	-1 654	-136 993	-101,22%

Fonte: Elaboração Própria

O saldo global efetivo apresentado para o ano de 2025, embora negativo (-1.654€), explica-se essencialmente:

- Pelo aumento significativo do investimento (despesas de capital);
- Pela redução das receitas de capital, face ao exercício anterior;
- Pelo facto de a melhoria expressiva do saldo corrente e o aumento do saldo da gerência anterior não terem sido suficientes para neutralizar o agravamento do saldo de capital.

Importa referir que o valor negativo apurado é residual, não comprometendo a sustentabilidade financeira da entidade, antes refletindo uma opção de política orçamental orientada para o investimento e desenvolvimento estrutural.

4.2 Análise da Despesa

4.2.1 Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa

Quadro 4 - Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa

DESPESA			2025					
Capítulo (1)	Designação (2)	Orçado Inicial (3)	Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
			Reforço (€) (4)	Deduções (€) (5)	Valor (€) (6) = (3) + (4) + (5)	Peso (%) (7) = (5) / total despesa	€ (8) = (6) - (3)	% (9)
01	Despesas com pessoal	3 337 766	215 891	-74 269	3 479 389	27%	141 623	4,2%
02	Aquisição de bens e serviços	3 503 745	772 256	-767 311	3 508 690	27%	4 945	0,1%
03	Juros e outros encargos	236 124	0	-139	235 985	2%	-139	-0,1%
04	Transferências correntes	881 900	88 944	-249 950	720 893	6%	-161 007	-18,3%
05	Subsídios	0	0	0	0	0%	0	
06	Outras despesas correntes	88 546	20 800	-22 701	86 645	1%	-1 901	-2,1%
	Despesas Corrente	8 048 081	1 097 890	-1 114 370	8 031 602	62%	-16 479	-0,2%
07	Aquisição de bens de capital	4 839 469	1 742 993	-2 471 141	4 111 320	32%	-728 149	-15,0%
09	Ativos financeiros	50 000	0	0	50 000	0%	0	0,0%
10	Passivos financeiros	0	0	0	0	0%	0	
08	Transferências de capital	0	0	0	0	0%	0	
11	Outras despesas de capital	707 749	0	-307	707 442	5%	-307	0,0%
	Despesa de Capital	5 597 218	1 742 993	-2 471 449	4 868 762	38%	-728 456	-13,0%
	Total	13 645 299	2 840 883	-3 585 819	12 900 364	100%	-744 935	-5,5%

Fonte: Elaboração Própria

No decurso de 2025, registaram-se 15 alterações permutativas e 1 alteração modificativa ao orçamento, tendo-se registado um decréscimo no orçamento no valor de 744.935 (-5,5%).

4.2.2 Execução Orçamental da Despesa

Quadro 5 - Despesa por Classificação Económica

2025							
Capítulo	Designação	Despesa Orçada Final €	Despesa Comprometida €	Despesa Paga €	Desvio €	Taxa de Execução %	Despesa Realizada e Não Paga €
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (5) - (3)	(7) = (5) / (3)	(8) = (4) - (5)
01	Despesas com pessoal	3 479 389	3 396 848	3 395 837	-83 551	98%	1 011
02	Aquisição de bens e serviços	3 508 690	3 411 313	3 362 044	-146 646	96%	49 270
03	Juros e outros encargos	235 985	235 485	235 485	-500	100%	0
04	Transferências correntes	720 893	707 777	705 382	-15 511	98%	2 396
05	Subsídios	0	0	0	0		0
06	Outras despesas correntes	86 645	84 858	79 261	-7 384	91%	5 597
	Despesas Corrente	8 031 602	7 836 283	7 778 009	-253 593	97%	58 274
07	Aquisição de bens de capital	4 111 320	3 836 196	2 590 262	-1 521 058	63%	1 245 934
09	Ativos financeiros	50 000	0	0	-50 000	0%	0
10	Passivos financeiros	0	707 442	707 442	707 442		0
08	Transferências de capital	0	50 000	50 000	50 000		0
11	Outras despesas de capital	707 442	0	0	-707 442	0%	0
	Despesa de Capital	4 868 762	4 593 638	3 347 704	-1 521 058	69%	1 245 934
	Total	12 900 364	12 429 921	11 125 712	-1 774 651	86%	1 304 208

Fonte: Elaboração Própria

As despesas correntes apresentam uma taxa de execução de 97% face à receita orçada, tendo sido pago o valor de 7.778.009€ e as despesas de capital tem uma taxa de execução de 69%, tendo sido pago o valor de 3.347.704€.

As rubricas relativas às despesas correntes, apresentam todas uma taxa de execução superior a 90%, tendo contribuído positivamente para a execução do orçamento municipal.

Em termos de execução, o desvio das despesas de capital está registado na rubrica de Aquisição de Bens de Capital que apresenta uma taxa de execução de apenas 63%.

4.2.3 Evolução da Despesa Global

Quadro 6 - Evolução da Despesa Global Realizada e Paga

Capítulo	Designação	2025			2024			Variação 2024 vs 2025			
		Valor € (3)	Peso % (4)	Realizado (obrigações) Valor € (5)	Peso % (6)	Valor € (7)	Peso % (8)	Realizado (obrigações) Valor € (9)	Peso % (10)	Pago Valor € (11)	Peso % (12)
01	Despesas com pessoal	3 395 837	31%	3 396 848	27%	2 900 284	28%	2 900 473	27%	17,09%	17,11%
02	Aquisição de bens e serviços	3 362 044	30%	3 411 313	27%	3 261 589	31%	3 355 184	31%	3,08%	1,67%
03	Juros e outros encargos	235 485	2%	235 485	2%	271 019	3%	271 019	3%	-13,11%	-13,11%
04	Transferências correntes	705 382	6%	707 777	6%	996 046	10%	999 392	9%	-29,18%	-29,18%
05	Subsídios	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%		
06	Outras despesas correntes	79 261	1%	84 858	1%	86 378	1%	86 378	1%	-8,24%	-1,76%
	Despesas Corrente	7 778 009	70%	7 836 283	63%	7 515 315	72%	7 612 446	71%	3,50%	2,94%
07	Aquisição de bens de capital	2 590 262	23%	3 836 196	31%	2 180 541	21%	2 446 415	23%	18,79%	56,81%
09	Ativos financeiros	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%		
10	Passivos financeiros	707 442	6%	707 442	6%	715 988	7%	715 988	7%	-1,19%	-1,19%
08	Transferências de capital	50 000	0%	50 000	0%	0	0%	0	0%		
11	Outras despesas de capital	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%		
	Despesa de Capital	3 347 704	30%	4 593 638	37%	2 896 529	28%	3 162 403	29%	15,88%	45,26%
	Total	11 125 712	100%	12 429 921	100%	10 411 844	100%	10 774 850	100%	6,86%	15,36%

Fonte: Elaboração Própria

Em 2025 a despesa realizada aumentou em 15,36%, face ao ano transato, influenciada pelas rubricas de *Aquisição de bens de capital* e *Despesas com pessoal*.

A despesa paga aumentou 6,86€, face ao ano anterior, influenciado pelas rubricas de *Despesas com pessoal* e *Aquisição de bens de capital*, que sofreram um aumento nas despesas pagas 17,09% e 18,79%, respetivamente.

As despesas correntes realizadas em 2025 no valor de 7.836.283€, foram superiores às do ano 2024, no valor de 7.515.315€, em cerca de 320.968€. Os valores realizados registaram um aumento de 2,94%, por sua vez os valores pagos aumentaram 3,50%.

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das *Despesas com Pessoal* e a *Aquisição de Bens e Serviços*, em 31% e 30%, respetivamente.

No que respeita às despesas correntes é ainda de referir que nos juros e outros encargos, estão incluídos juros das despesas com o empréstimo de médio e longo prazo contratualizado com o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

4.2.3 Análise à Evolução da Estrutura da Despesa Corrente

Quadro 7 - Evolução da Despesa com Pessoal

Capítulo (1)	Designação (2)	2025		2024		Variação 2024 vs 2025	
		Valor € (3)	Peso % (4)	Valor € (5)	Peso % (6)	Valor € (7) = (3) - (5)	Peso % (8) = (4) / (5)
101	Remunerações certas e permanentes	2 703 016	80%	2 294 232	79%	408 784	17,82%
10101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	163 031	5%	165 786	6%	-2 734	-1,65%
10104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	1 818 806	54%	1 508 874	52%	309 932	20,54%
10106	Pessoal contratado a termo	17 633	1%	16 632	1%	1 001	6,02%
10107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	0	0%	0	0%	0	
10108	Pessoal aguardando aposentação	1 528	0%	4 516	0%	-2 988	-66,17%
10109	Pessoal em qualquer outra situação	28 710	1%	0	0%	28 710	
10111	Representação	31 220	1%	30 410	1%	811	2,67%
10113	Subsidio de refeição	174 396	5%	157 782	5%	16 614	10,53%
10114	Subsidio de férias e de Natal	353 071	10%	309 314	11%	43 757	14,15%
10115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	114 620	3%	100 938	3%	13 682	13,56%
102	Abonos variáveis ou eventuais	63 202	2%	54 952	2%	8 251	15,01%
10202	Horas extraordinárias	0	0%	0	0%	0	
10204	Ajudas de custb	4 561	0%	2 917	0%	1 644	56,37%
10205	Abono para filhas	3 926	0%	5 512	0%	-1 586	-28,77%
10206	Formação	0	0%	0	0%	0	
10212	Indemnizações por cessação de funções	0	0%	0	0%	0	
10213	Outros suplementos e prémios	54 715	2%	46 522	2%	8 192	17,61%
103	Segurança social	629 619	18%	551 101	19%	78 518	14,25%
10301	Encargos com a saúde	0	0%	21 907	1%	-21 907	-100,00%
10302	Outros encargos com a saúde	1 257	0%	0	0%	1 257	
10303	Subsidio familiar a criança e jovens	7 302	0%	4 921	0%	2 381	48,39%
10304	Outras prestações familiares	320	0%	0	0%	320	
10305	Contribuições para a segurança social	586 179	17%	498 438	17%	87 741	17,60%
10308	Outras pensões	0	0%	0	0%	0	
10309	Seguros	34 560	1%	25 835	1%	8 725	33,77%
	Total	3 395 837	100%	2 900 284	100%	495 553	17,09%

Fonte: Elaboração Própria

As despesas com pessoal evidenciam, no exercício de 2025, um acréscimo global de 495.553€ face ao ano anterior.

Este aumento encontra-se maioritariamente associado à execução de programas específicos em vigor, nomeadamente o Radar Social e o CLDS-5G, os quais implicam o reforço temporário e/ou programático de recursos humanos, bem como aos efeitos decorrentes da delegação de competências, que determinou a assunção de novas responsabilidades por parte do Município de Fornos de Algodres.

Contribuem igualmente para esta variação os encargos decorrentes das progressões nas carreiras e da atualização das remunerações, resultantes da aplicação da legislação em vigor e dos instrumentos de regulamentação coletiva aplicáveis, com impacto transversal na massa salarial.

Importa salientar que o acréscimo da despesa resulta do normal cumprimento de obrigações legais e contratuais e da adequação dos meios humanos às funções transferidas, sendo acompanhado e enquadrado pelos respetivos instrumentos de planeamento, controlo orçamental e limites legais aplicáveis.

4.2.4 Análise à Evolução da Estrutura da Despesa de Capital

Quadro 8 - Evolução das Despesas de Investimento Total

DESpesas Bens de Capital		2025		2024		Variação 2024 vs 2025	
Capítulo	Designação	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (3) - (5)	(8) = (3) / (5)
70101	Terrenos	16 038	1%	0	0%	16 038	
70102	Habitções	344 419	13%	119 258	5%	225 161	188,80%
7010201	Construção	10 246	0%	0	0%	10 246	
7010202	Aquisição	0	0%	0	0%	0	
7010203	Reparação e beneficiação	334 174	13%	119 258	5%	214 916	180,21%
70103	Edifícios	227 560	9%	805 090	37%	-577 530	-71,73%
7010301	Instalações de serviços	6 150	0%	20 939	1%	-14 789	-70,63%
7010302	Instalações desportivas e recreativas	55 145	2%	38 368	2%	16 777	43,73%
7010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	30 369	1%	632 306	29%	-601 937	-95,20%
7010304	Creches	135 895	5%	18 560	1%	117 335	632,19%
7010305	Escolas	0	0%	94 916	4%	-94 916	-100,00%
70104	Construções diversas	971 423	38%	616 498	28%	354 926	57,57%
7010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	873 341	34%	543 894	25%	329 447	60,57%
7010405	Parques e jardins	37 203	1%	16 821	1%	20 381	121,16%
7010406	Instalações desportivas e recreativas	2 764	0%	12 003	1%	-9 239	-76,97%
7010407	Captação e distribuição de água	0	0%	10 594	0%	-10 594	-100,00%
7010408	Viação rural	0	0%	0	0%	0	
7010409	Sinalização e trânsito	53 130	2%	28 526	1%	24 605	86,25%
7010412	Cemitérios	0	0%	0	0%	0	
7010413	Outros	4 985	0%	4 659	0%	325	6,98%
70107	Equipamento de informática	42 553	2%	49 695	2%	-7 142	-14,37%
70108	Software informático	224 953	9%	169 145	8%	55 808	32,99%
70109	Equipamento administrativo	14 048	1%	7 247	0%	6 800	93,83%
70110	Equipamento básico	127 938	5%	104 247	5%	23 691	22,73%
70111	Ferramentas e utensílios	20 709	1%	7 581	0%	13 127	173,15%
70112	Artigos e objectos de valor	0	0%	0	0%	0	
70115	Outros investimentos	0	0%	0	0%	0	
70205	Material de transporte	476 287	18%	100 540	5%	375 747	373,73%
70303	Outras construções e infraestruturas	85 167	3%	179 462	8%	-94 295	-52,54%
7030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	0	0%	0	0%	0	
7030302	Sistemas de drenagem de águas residuais	25 722	1%	71 424	3%	-45 701	-63,99%
7030305	Parques e jardins	0	0%	0	0%	0	
7030306	Instalações desportivas e recreativas	0	0%	0	0%	0	
7030310	Infraestruturas p/ distribuição energia eléctrica	21 503	1%	39 962	2%	-18 460	-46,19%
7030313	Outros	37 942	1%	66 076	3%	-30 134	-44,27%
70305	Bens do património histórico, artístico e cultural	39 167	2%	21 777	1%	17 391	79,86%
Total		2 590 262	100%	2 180 541	100%	409 721	18,79%

Fonte: Elaboração Própria

O investimento global realizado no ano 2025, ascendeu a 2.590.262 €, o que corresponde a um aumento de 409.721€, face ao exercício de 2024.

No exercício de 2025, verificou-se um crescimento significativo do investimento na rubrica *Creches*, com uma variação positiva de 632%, decorrente da execução da obra de construção da Creche de Infias. Registou-se igualmente uma variação positiva de 373% na rubrica *Material de Transporte*, resultante da aquisição de um novo autocarro elétrico.

Em sentido inverso, a rubrica *Escolas* apresentou uma variação negativa de 100%, correspondente ao montante de 94.916€, justificada pela conclusão das obras da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Figueiró da Granja no exercício anterior.

Refira-se ainda o reforço do investimento na rubrica *Habitacões*, com um aumento aproximado de 180%, explicado pelo normal progresso físico e financeiro da empreitada de construção do lote de apartamentos do Bairro do Ténis.

Quadro 9 - Fontes de Financiamento do Investimento Global do Município

Capítulo (1)	Receita Designação (2)	2025		2024		Variação vs	
		Valor € (3)	Peso % (4)	Valor € (5)	Peso % (6)	Valor € (7) = (3) - (5)	Peso % (8) = (3) / (5)
100301	Estado	1 545 558	73%	1 160 172	47%	385 386	33,22%
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	432 099	20%	440 695	18%	-8 596	-1,95%
10030105	art. 39º, nº 3 da Lei nº 73/2013	1 113 459	52%	719 477	29%	393 982	54,76%
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	579 441	27%	1 287 880	53%	-708 438	-55,01%
10030701	Fundos Comunitários (FEDER, FSE, PRR)	242 300	11%	536 048	22%	-293 748	-54,80%
10030709	Fundo Coesão	0	0%	19 680	1%	-19 680	-100,00%
10030710	Fundo Ambiental - Investimento	268 613	13%	17 372	1%	251 241	1446,26%
10030711	Programa Mais Habitação	68 529	3%	714 780	29%	-646 251	-90,41%
	Total	2 124 999	100%	2 448 052	100%	-323 053	-13,20%

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 10 - Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

N.º Eixo e Programa (1)	Designação de Eixos e Programas (2)	Orçado Valor € (3)	Realizado	
			Valor € (4)	Taxa de Execução % (5) = 4 / 3
I	Assegurar uma oferta cultural e desportiva diversificada e de qualidade	214 418	65 414	-69%
	Programa CulturFornos	13 113	7 505	-43%
	Programa de Promoção da Atividade Física e Desportiva	201 304	57 910	-71%
II	Disponibilizar Excelência ao nível do ensino e do desenvolvimento das nossas crianças	182 879	128 840	-30%
	Programa da Descentralização da Educação	102 727	89 325	-13%
	Programa de Ação Local para Juventude em Fornos de Algodres	80 152	39 515	-51%
III	Melhorar o espaço urbano, as infraestruturas municipais e a sustentabilidade ambiental	1 714 585	1 481 190	-14%
	(PM1) Programa Municipal de Gestão Hídrica	25 266	25 082	-1%
	(PM2) Programa Municipal de Gestão de Águas Residuais	47 182	46 380	-2%
	(PM3) Programa de Gestão de Resíduos e Economia Circular	23 943	23 943	0%
	(PM4) Programa de Promoção da Eficiência Energética	18 540	18 540	0%
	(PM5) Programa Municipal de Mobilidade Sustentável	476 287	476 287	0%
	(PM6) Programa Municipal de Educação Ambiental	2 000	2 000	0%
	(PM7) Programa Municipal de Promoção do Bem Estar Animal	185	185	0%
	Programa de Manutenção Preventiva e Corretiva das Infraestruturas Municipais	360 726	297 524	-18%
	Programa de Melhoria do Espaço Urbano	760 456	591 249	-22%
IV	Prestar serviços de excelência e inovadores	110 121	98 195	-11%
	Programa de Modernização e Melhoria da Qualidade dos Serviços Prestados	110 121	98 195	-11%
V	Promover o Desenvolvimento Económico de Fornos de Algodres	372 231	314 373	-16%
	Programa de Valorização da Produção Local	3 443	3 443	0%
	Programa de Valorização e Dinamização da Economia	277 473	219 615	-21%
	Programa Estratégico de Promoção Turística	91 315	91 315	0%
VI	Promover uma Comunidade Inclusiva e Saudável	1 435 593	428 778	-70%
	Programa de apoio a grupos vulneráveis	1 435 593	428 778	-70%
VII	Valorizar a Floresta, espaços verdes e Garantir a Proteção de Pessoas e Bens	131 493	123 420	-6%
	Programa de Proteção de Bens e Pessoas	118 583	110 509	-7%
	Programa de Valorização da Floresta e Espaços Verdes	12 911	12 911	0%
		4 161 320	2 640 209	-37%

Fonte: Elaboração Própria

No âmbito da classificação funcional por objetivos estratégicos, constata-se que o objetivo “Melhorar o espaço urbano, as infraestruturas municipais e a sustentabilidade ambiental” apresentou uma dotação orçamental inicial de 1.714.585€, tendo sido executado um montante de 1.481.190€.

A taxa de execução associada a este objetivo situou-se em cerca de 86%, refletindo um grau de concretização elevado das ações previstas, com particular incidência nos programas municipal de mobilidade sustentável.

O objetivo “Melhorar a Floresta, espaços verdes e garantir a proteção de pessoas e bens”, apresenta uma taxa de execução de 94%, face ao valor orçado.

4.2.5 Evolução da Despesa com Transferências, Subsídios e Outras Formas de Apoio Concedidos pelo Município de Fornos de Algodres

No exercício em análise, as transferências efetuadas pelo Município de Fornos de Algodres registaram um decréscimo de 284.555€ face aos valores realizados no exercício anterior. Esta variação negativa resulta, essencialmente, da redução das transferências destinadas às Famílias, refletindo uma menor execução deste tipo de apoios, conforme detalhado no Quadro 13.

Importa ainda referir que as transferências correntes concedidas às Instituições sem Fins Lucrativos se encontram registadas, em termos de classificação orçamental, como subsídios, em conformidade com os normativos contabilísticos aplicáveis.

Quadro 11 - Estrutura das Transferências

Capítulo (1)	Estrutura das transferências Designação (2)	2025		2024		Variação vs	
		Valor € (3)	Peso % (4)	Valor € (5)	Peso % (6)	Valor € (7 = 3) - 5)	Peso % (8 = 3) / 5)
4	Transferências correntes	705 382	93%	1 039 936	100%	-334 555	-32,17%
405	Administração local	276 928	37%	391 184	38%	-114 256	-29,21%
4050102	Freguesias	218 858	29%	221 333	21%	-2 476	-1,12%
4050104	Associações de municípios	58 070	8%	169 851	16%	-111 781	-65,81%
407	Instituições sem fins lucrativos	193 253	26%	274 600	26%	-81 347	-29,62%
408	Famílias	235 200	31%	374 152	36%	-138 952	-37,14%
8	Transferências de capital	50 000	7%	0	0%	50 000	
807	Instituições sem fins lucrativos	50 000	7%	0	0%	50 000	
10	Passivos financeiros	707 442	94%	715 988	69%	-8 546	-1,19%
	Total	755 382	100%	1 039 936	100%	-284 555	-27,36%

Fonte: Elaboração Própria

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 12 - Transferências para as Freguesias

Freguesias	Recenseamento Eleitoral / Eleições €	Apoio à atividade das freguesias €	Total
(1)	(3)	(4)	(5)
Algodres	752	16 500,00 €	17 251,97 €
Casal Vasco	747	16 500,00 €	17 247,11 €
Figueiró da Granja	755	16 500,00 €	17 254,90 €
Fornos de Algodres	2 178	16 500,00 €	18 678,35 €
Infias	749	16 500,00 €	17 249,11 €
Maceira	748	24 500,00 €	25 247,74 €
Matança	747	16 500,00 €	17 247,36 €
Muxagata	750	16 500,00 €	17 250,06 €
Queiriz	749	16 500,00 €	17 249,39 €
União Coriçô e Vila Chã	1 351	16 500,00 €	17 851,20 €
União Juncais, Vila Ruiva e Vila Soeiro	1 976	16 500,00 €	18 476,01 €
União Sobral Pichorro e Fuinhas	1 355	16 500,00 €	17 854,51 €
	12 858	206 000	218 858

Fonte: Elaboração Própria

As transferências para as Juntas de Freguesia totalizam 218.858 €, resultando do apoio à atividade das freguesias no âmbito do protocolo de delegação de competências, no montante de 206.000 €, acrescido de 12.858 € relativos a despesas consignadas associadas à realização de eleições e a encargos com o recenseamento eleitoral.

Quadro 13 - Transferência por Entidades

(Un.: euro)

Entidade (1)	2024 Valor (2)	2025 Valor (3)	Variação Valor (4)=(3)-(2)	% (5)=(3)/(2)
A.V.S.C. - Associação Social, Cultural e Recreativa de Vila Soeiro do Chão	479	332	-147	-30,69%
ARISCA - Associação de Revitalização e Intervenção Sócio Cultural de Algodres	1 051	729	-323	-30,69%
Associação Cultural Desportiva e Recreativa OS CAPELENSES	435	448	13	2,88%
Associação Cultural, Desp.Rec. STºAntónio Ribeira	485	336	-149	-30,69%
Associação de Pais e Encarregados de Educação do AEFA	1 082	750	-332	-30,69%
Associação de Promoção S.C e Desportiva de F.Algodres	545	0	-545	-100,00%
Associação de Promoção Soc.R,D e Humanitária de Maceira	1 704	660	-1 044	-61,24%
Associação de Promoção Social Cultural e Desportiva de F.Algodres	0	378	378	
Associação de Promoção Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de S. Pedro de Inhas	337	233	-103	-30,69%
Associação Desportiva de Fornos de Algodres	39 120	44 356	5 236	13,39%
Associação Dignidade	675	16 605	15 930	2360,00%
Associação Geopark Estrela	15 000	15 000	0	0,00%
Associação Humanitaria dos Bombeiros Voluntarios F.AG.	94 469	87 636	-6 833	-7,23%
Associação Para O Desenvolvimento Muxagata	118	0	-118	-100,00%
Associação Recreativa e Cultural de Figueiró da Granja	1 262	488	-775	-61,36%
Casa do Sport Lisboa e Benfica de Fornos de Algodres	602	418	-185	-30,69%
CEKS Clube de Escolas de Karate Shukokai	1 557	322	-1 235	-79,31%
Centro Cultural "Os Serranos"	0	2 500	2 500	
Clube de Caça e Pesca de Fornos de Algodres	422	292	-129	-30,69%
Clube Rodas do Inferno	490	0	-490	-100,00%
Colcheia Mágica - Associação Cultural, Musical e Recreativa	0	133	133	
Comitê Português para a UNICEF	1 000	1 000	0	0,00%
Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela	92 184	22 761	-69 423	-75,31%
Confraria da Urtiga de Fornos de Algodres	1 711	1 228	-483	-28,25%
Corpo Nacional Escutas - 1393 Fornos de Algodres	1 993	1 382	-612	-30,69%
ESTRELACOOP Cooperativa dos Produtores de Queijo da Serra da Estrela C.R.L.	69	3 000	2 931	4235,89%
Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Figueiró da Granja	3 500	0	-3 500	-100,00%
Grupo Desportivo e Recreativo Estrela de Juncais	0	313	313	
Grupo Desportivo e Recreativo Figueiro Granja	1 517	1 072	-445	-29,31%
Liga dos Amigos de Figueiró da Granja	0	363	363	
Núcleo de Amigos de Vila Chã	345	239	-106	-30,69%
Santa Casa da Misericórdia de Fornos de Algodres	591	0	-591	-100,00%
Subtotal Associações	262 744	202 973	-59 771	-22,75%
Programas CEI	301 385	153 714	-147 670	-49,00%
Boisas de Estudo	13 545	9 020	-4 525	-33,41%
Programa Emergência Social	7 450	3 586	-3 863	-51,86%
Programa de Ocupação de Tempos Livres	5 892	6 516	624	10,59%
Medidas de Apoio à Natalidade	11 630	11 526	-105	-0,90%
Apoio à Criação de Ovinos	21 968	39 568	17 600	80,11%
Apoio aos Apicultores	5 595	6 790	1 195	21,36%
Vales Concurso de Natal	4 600	4 300	-300	-6,52%
Cheque de Reabilitação	0	180	180	
Subtotal Outros	372 065	235 200	-136 865	-36,79%
Total	634 810	438 173	-196 636	-30,98%

Fonte: Elaboração Própria

A redução registada nas transferências correntes no valor de 196.636€, deve-se essencialmente à redução com os gastos no programa do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) - contrato emprego inserção (CEI) e contrato emprego inserção + (CEI+), e nas transferências para a Comunidade Intermunicipal da Região das Beiras e Serra da Estrela (CIMRBSE), relativo às transferências efetuadas para comparticipação dos transportes escolares.

4.3 Análise da Receita

4.3.1 Alterações e Revisões Orçamentais da Receita

Quadro 14 – Alteração e Origem do Decréscimo da Dotação

Designação Designação (1)	Orçamento Inicial € (2)	2025	
		Modificações € (3)	Orçamento Final € (4)
Receitas Correntes	9 021 129	-257 106	8 764 023
Receitas de Capital	4 623 971	-653 618	3 970 353
Outras Receitas	200	165 788	165 988
Total	13 645 299	-744 935	12 900 364

Fonte: Elaboração Própria

Fonte: Elaboração Própria

A comparação entre o orçamento inicial e o orçamento final permite aferir a capacidade de adaptação da execução orçamental à evolução das receitas efetivamente previstas e às necessidades identificadas ao longo do exercício.

Para o ano de 2025, o orçamento inicial da receita ascendia a 13.645.299€, tendo sido objeto de modificações no montante global de -744.935€, o que conduziu a um orçamento final de 12.900.364€. Esta redução resulta, da diminuição verificada nas Receitas Correntes, que passaram de 9.021.129€ para 8.764.023€, e nas Receitas de Capital, que registaram um decréscimo de 653.618 €, fixando-se em 3.970.353 €.

4.3.2 Execução Orçamental da Receita

Quadro 15 Receita Orçada, Liquidada e Cobrada por Classificação Económica

Capítulo (1)	Designação (2)	Valor Orçamentado € (3)	Valor Liquidado € (4)	2025		Taxa de Execução % (7) = 5)/3)
				Valor Executado € (5)	Desvio € (6) = 5) - 3)	
1	Impostos directos	788 985	852 889	852 889	63 904	108%
2	Impostos indirectos	2 410	3 801	3 801	1 391	158%
4	Taxas, multas e outras penalidades	191 031	209 512	195 284	4 253	102%
5	Rendimentos da propriedade	331 111	317 362	317 362	-13 749	96%
6	Transferências correntes	6 696 910	6 730 713	6 730 713	33 803	101%
7	Venda de bens e serviços correntes	594 176	567 840	535 863	-58 313	90%
8	Outras receitas correntes	159 400	193 946	193 946	34 546	122%
	Receitas correntes	8 764 023	8 876 062	8 829 857	65 834	101%
9	Venda de bens de investimento	5 000	0	0	-5 000	0%
10	Transferências de capital	3 965 253	2 124 999	2 124 999	-1 840 253	54%
12	Passivos financeiros	100	0	0	-100	0%
	Receitas de capital	3 970 353	2 124 999	2 124 999	-1 845 353	54%
13	Outras receitas de capital	100	0	0	-100	0%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	100	18	3 414	3 314	3414%
16	Saldo da gerência anterior	165 788	165 788	165 788	0	100%
	Total	12 900 364	11 166 868	11 124 059	-1 776 305	86%

Fonte: Elaboração Própria

Em termos globais, as receitas totais executadas são inferiores no valor de 1.776.305€ em relação aos valores orçados. As receitas de correntes contribuíram com um desvio positivo de 65.834€, por sua vez as receitas de capital registaram um desvio negativo de 1.845.353€.

No que respeita aos valores cobrados, o grau de execução da receita corrente foi de 101% e execução do orçamento foi de 86%.

Quadro 16 - Receita Liquidada e Não Cobrada

Designação (1)	Valor € (2)
Receita Orçada	12 900 364
Receita Liquidada	11 166 868
Receita Cobrada	11 124 059
Receita liquidada e não cobrada	-42 809

Fonte: Elaboração Própria

A receita liquidada e não cobrada ascende a 42.809€, resultante da diferença entre o valor da receita liquidada e o montante efetivamente cobrado no exercício. Este valor respeita maioritariamente a faturação de água de anos anteriores.

O Município de Fornos de Algodres continua a desenvolver diligências no sentido da recuperação destes montantes, de acordo com os mecanismos legalmente previstos, procurando assegurar a salvaguarda da sua sustentabilidade financeira e o princípio da boa gestão dos recursos públicos.

4.3.3 Evolução da Receita

Quadro 17 - Evolução da Receita Global Cobrada

Capítulo (1)	Designação (2)	2025		2024		Taxa de Execução (7)
		Valor Executado € (3)	Peso % (4)	Valor Executado € (5)	Peso % (6)	
1	Impostos directos	852 889	8%	773 036	7%	10%
2	Impostos indirectos	3 801	0%	2 147	0%	77%
4	Taxas, multas e outras penalidades	195 284	2%	120 058	1%	63%
5	Rendimentos da propriedade	317 362	3%	212 415	2%	49%
6	Transferências correntes	6 730 713	61%	6 135 639	58%	10%
7	Venda de bens e serviços correntes	535 863	5%	572 906	5%	-6%
8	Outras receitas correntes	193 946	2%	151 735	1%	28%
	Receitas correntes	8 829 857	79%	7 967 936	76%	11%
9	Venda de bens de investimento	0	0%	8 389	0%	-100%
10	Transferências de capital	2 124 999	19%	2 448 052	23%	-13%
12	Passivos financeiros	0	0%	0	0%	
	Receitas de capital	2 124 999	19%	2 456 441	23%	-13%
13	Outras receitas de capital	0	0%	0	0%	
15	Reposições não abaladas nos pagamentos	3 414	0%	9 070	0%	-62%
16	Saldo da gerência anterior	165 788	1%	113 737	1%	46%
	Total	11 124 059	100%	10 547 184	100%	5%

Fonte: Elaboração Própria

No ano de 2025 a receita cobrada aumentou em 5%, face ao ano transato.

Este aumento verificado em termos globais, decorre, da influência positiva das rubricas *Taxas, Multas e Outras Penalidades* (63%), *Rendimentos de Propriedade* (49%) e *Transferências Correntes* (10%),

Relatório de Prestação de Contas 2025

Quadro 18 - Evolução da Estrutura da Receita Fiscal

Capítulo (1)	Designação (2)	2025			2024		Variação 2025 vs 2024 %
		Valor Orçado € (3)	Valor Executado € (4)	Desvio € (5) = (4) - (3)	Taxa de Execução % (6) = (4) / (3)	Valor Executado € (7)	
1	Impostos directos	788 985	852 889	63 904	108%	773 036	10%
10202	Imposto municipal sobre imóveis	544 234	547 451	3 217	101%	527 911	4%
10203	Imposto único de circulação	109 626	125 958	16 332	115%	102 834	22%
10204	Imposto municipal sobre as transações onerosas de imóveis	84 803	123 392	38 589	146%	67 707	82%
10205	Derrama	50 322	56 087	5 765	111%	74 584	-25%
2	Impostos indirectos	2 410	3 801	1 391	158%	2 147	77%
2020602	Lotamentos e obras	1 148	1 234	86	108%	741	67%
2020603	Ocupação da via pública	24	86	62	359%	0	
2020605	Publicidade	100	71	-29	71%	0	
2020699	Outros	1 138	2 409	1 271	212%	1 406	71%
4	Taxas, multas e outras penalidades	191 031	195 284	4 253	102%	120 058	63%
4012301	Mercados e feiras	2 540	10 391	7 851	409%	2 294	353%
4012302	Lotamentos e obras	4 412	5 686	1 274	129%	4 456	28%
4012303	Ocupação da via pública	642	959	317	149%	446	115%
401239905	Taxa de Gestão de Resíduos - TGR	40 000	36 038	-3 962	90%	0	
401239906	Taxa de Manutenção de Rede - Abastecimento de Água	97 275	99 644	2 369	102%	104 437	-5%
401239907	Taxa de Recursos Hídricos (Abastecimento)	22 000	19 846	-2 154	90%	0	
401239908	Taxa de Recursos Hídricos (Saneamento)	13 000	11 608	-1 392	89%	0	
401239999	Outras	6 222	5 356	-866	86%	4 467	20%
402	Multas e outras penalidades	4 940	5 755	815	117%	3 957	45%
	Total	982 426	1 051 974	69 548	107%	895 240	10%

Fonte: Elaboração Própria

As receitas fiscais, englobando os **impostos diretos**, os **impostos indiretos** e as **taxas, multas e outras penalidades**, constituem a segunda parcela mais representativa da receita corrente e da receita total cobrada ao longo dos anos, tendo registado no ano 2025 uma variação positiva de 10€, com aumentos em todas as rubricas, com exceção da **Derrama (-25%)** e da **Taxa de Manutenção de Rede – Abastecimento de Água (-5%)**.

Entre as receitas fiscais destacam-se os **impostos diretos** cujo valor arrecadado foi de 852.889€.

Quadro 19 - Estrutura e Execução das Receitas de Capital

Capítulo (1)	Designação (2)	2025				2024	
		Valor Orçado € (3)	Valor Executado € (4)	Desvio € (5) = (4) - (3)	Taxa de Execução % (6) = (4) / (3)	Valor Executado € (7)	Varição 2025 vs 2024 % (8) = (4) / (7)
9	Venda de bens de investimento	5 000	0	-5 000	0%	8 389	-100%
90401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	5 000	0	-5 000	0%	8 389	-100%
10	Transferências de capital	3 965 253	2 124 999	-1 840 253	54%	2 448 052	-13%
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	432 099	432 099	0	100%	440 695	-2%
10030105	art. 35º, nº 3 da Lei nº 73/2013	1 113 460	1 113 459	-1	100%	719 477	55%
10030701	Fundos Comunitários (FEDER, FSE, PRR)	388 714	242 300	-156 414	61%	536 048	-55%
10030709	Fundo Coesão	100	0	-100	0%	19 680	-100%
10030710	Fundo Ambiental - Investimento	100	268 613	268 513	268613%	17 372	1446%
10030711	Programa Mais Habitação	2 020 780	68 529	-1 952 251	3%	714 780	-90%
12	Passivos financeiros	100	0	-100	0%	0	
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	100	0	-100	0%	0	
13	Outras receitas de capital	100	0	-100	0%	0	
1301	Outras	100	0	-100	0%	0	
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	100	3 414	3 314	3414%	9 070	-62%
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	100	3 414	3 314	3414%	9 070	-62%
Total		3 970 553	2 128 414	-1 842 139	54%	2 465 511	61%

Fonte: Elaboração Própria

4.3.4 Transferências e Subsídios Obtidos

Quadro 20 - Receita Proveniente de Transferências

Designação (1)	2025		2024		Taxa de Execução %
	Valor Executado € (2)	Peso % (3)	Valor Executado € (4)	Peso % (5)	
FEF/FSM/ Participação fixa no IRS	7 849 632	88%	7 150 932	83%	10%
Transferências correntes	6 304 074	70%	5 990 760	69%	5%
Transferências de Capital	1 545 558	17%	1 160 172	13%	33%
Fundos Comunitários	924 420	10%	1 355 123	16%	-32%
Transferências correntes	344 978	4%	67 243	1%	413%
Transferências de Capital	579 441	6%	1 287 880	15%	-55%
Outros contratos programa / Protocolos	186 953	2%	138 901	2%	35%
Transferências correntes	186 953	2%	138 901	2%	35%
Transferências de Capital		0%		0%	
Transferências - Total	8 961 005	100%	8 644 956	100%	4%
Transferências correntes	6 836 005	76%	6 196 904	72%	10%
Transferências de Capital	2 124 999	24%	2 448 052	28%	-13%

Fonte: Elaboração Própria

As transferências obtidas são superiores face ao ano transato em 4%, que resulta da variação das diversas rúbricas.

4.4 Movimentos de Tesouraria

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

Quadro 21 - Resumo da Conta de Gerência – Fluxos de Caixa

Designação (1)	2025		Total € (4)
	Operações Orçamentais € (2)	Operações de Tesouraria € (3)	
Saldo transitado de 2024	165 788	166 622	332 410
Receitas Arrecadadas	10 951 131	2 824	10 953 956
Despesas Pagas	10 078 478	5 832	11 058 310
Saldo a transitar para o ano 2026	38 441	163 615	202 056

Fonte: Elaboração Própria

O saldo transitado para a gerência seguinte é de 202.056€, que se decompõe em 38 441€ de saldo de operações orçamentais e 163.615€ de saldo de “operações de tesouraria”.

Esta informação é complementada com os fluxos de caixa que, através de mapa constante dos documentos de Prestação de Contas espelha a natureza e a origem e aplicações de fundos.

A evolução dos recebimentos e pagamentos de operações de tesouraria estão refletidos no quadro seguinte.

Quadro 22 - Operações de Tesouraria

Designação	Saldo Inicial	2025		Saldo Final
		Entrada	Saída	
(1)	€ (2)	€ (3)	€ (4)	€ (5)
Clientes e utentes c/ cauções	0	0	0	0
Retenção de impostos sobre rendimentos	2 363	135	0	2 498
Restantes impostos	0	0	0	0
Contribuições para a Segurança Social	0	0	0	0
Outras tributações	188	179	0	367
Sindicatos	26	0	0	26
Outras operações de tesouraria	9 455	2 510	5 832	6 133
	12 032	2 824	5 832	9 024

Fonte: Elaboração Própria

O fluxo financeiro das operações de tesouraria evidencia as cobranças que os serviços do Município de Fornos de Algodres realizaram para terceiros, ou seja, os valores entrados em cofre e destinados a outras entidades.

As operações de tesouraria desenvolvidas e movimentadas em contas correntes, por entidade e por natureza, são convenientemente documentadas à entrada e saída de fundos, conforme mapa que é parte integrante da Conta de Gerência.

Quadro 23 - Garantias e Cauções

Designação	2025
	Total
(1)	€ (2)
Saldo Inicial	1 567 782
Cauções recepcionadas	0
Cauções devolvidas	0
Saldo para a gerência seguinte	1 567 782

Fonte: Elaboração Própria

Fonte: Elaboração Própria

Estas contas refletem, para além das garantias e cauções tituladas por papel, as retenções em numerário e depósitos bancários, estando desagregadas em fornecedores correntes e fornecedores de imobilizado, sendo arquivadas por entidade de origem.

O mapa de controlo e prestação desta informação consta dos anexos às demonstrações financeiras e da prestação de contas, a enviar ao Tribunal de Contas.

5 Análise da Situação Económico-Financeira

5.1 Análise do Balanço

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no novo Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP) espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2025.

Quadro 24 - Balanço Sintético

Balanço Designação (1)	2025		2024		Variação 2025 vs 2024	
	Valor € (2)	Peso % (3)	Valor € (4)	Peso % (5)	€ (6) = (2) - (4)	% (7) = (2) / (4)
Imobilizado	39 092 951	97%	38 949 570	96%	143 380	0,37%
Existências	5 501	0%	5 798	0%	-297	-5,11%
Dívidas de terceiros - médio e longo prazo	0	0%	0	0%	0	
Dívidas de terceiros - curto prazo	1 171 176	3%	1 143 431	3%	27 745	2,43%
Disponibilidades	202 056	0%	332 410	1%	-130 354	-39,21%
Acréscimos e diferimentos	1 817	0%	2 804	0%	-987	-35,21%
Ativo Líquido	40 473 500	100%	40 434 013	100%	39 487	0,10%
Activo líquido	3 901 527	33%	3 901 527	35%	0	0,00%
Património	0	0%	0	0%	0	
Ajustamentos em partes de capital	0	0%	0	0%	0	
Reservas	0	0%	0	0%	0	
Subsídios	0	0%	0	0%	0	
Doações	0	0%	0	0%	0	
Regularizações	0	0%	0	0%	0	
Resultados	7 885 758	67%	7 233 355	65%	652 403	9,02%
Fundos próprios	11 787 286	100%	11 134 882	100%	652 403	5,86%
Provisões para riscos e encargos	2 255 714	8%	2 279 445	8%	-23 731	-1,04%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	24 927 196	87%	25 628 145	87%	-700 950	-2,74%
Dívidas a terceiros - curto prazo	1 503 305	5%	1 391 541	5%	111 764	8,03%
Passivo	28 686 214	100%	29 299 131	100%	-612 917	-2,09%

Fonte: Elaboração Própria

O ligeiro acréscimo de 0,10% do ativo líquido foi influenciado positivamente pela rubrica de *imobilizado* e negativamente pela rubrica de *disponibilidades*, daí resultar um aumento pouco considerável.

Relativamente aos *Fundo Próprios*, estes apresentam acréscimo de 10%, que se traduz no acréscimo de valor de 652.403€. Em cumprimento do normativo contabilístico e demais disposições legais, registou-se em receção e conferência de todos os documentos de dívida efetuada.

Quadro 25 - Indicadores do Balanço

Indicadores	2025	2024
(1)	(2)	(3)
ESTRUTURA DO ATIVO		
Ativo Fixo/Activo Total	96,59%	96,33%
Ativo Circulante/Activo Total	3,41%	3,67%
Ativo Fixo/Ativo Circulante	2831,70%	2623,85%
ESTRUTURA DO PASSIVO		
Recursos Permanentes/Passivo	197,09%	197,15%
Passivo de Longo Prazo/Passivo Exigível	94,32%	94,86%
Passivo de Curto Prazo/Passivo Exigível	5,69%	5,16%
Passivo de Curto Prazo/Passivo Longo Prazo	6,04%	5,44%
Análise do Ativo Fixo		
Activo fixo/Endividamento a médio longo prazo	156,83%	151,98%
Amortizações do exercício/Variação do Imobilizado	94,23%	122,38%
Análise do Passivo Exigível		
Coefficiente do Endividamento		
Passivo Exigível/Fundos Próprios	224,23%	242,66%
Coefficiente de Endividamento de Curto Prazo		
Passivo Exigível Curto Prazo/Fundos Próprios	12,75%	12,50%
Coefficiente de Endividamento a Longo Prazo		
Passivo Exigível a Médio e Longo Prazo/Fundos Próprios	211,48%	230,16%
Passivo Exigível a Médio e Longo Prazo/Imobilizado Corpóreo	63,76%	65,80%
Passivo Exigível a Médio e Longo Prazo/Imobilizado Corpóreo	63,76%	65,80%
Grau de Autonomia		
Fundos Próprios/Activo Total	0,29	0,28
Grau de Liquidez Geral		
Disponibilidades/Exigível a Curto Prazo	1,73	2,20
Grau de Liquidez Imediata		
Disponibilidades/Exigível a Curto Prazo	1,56	2,00
Grau de Solvabilidade		
Disponibilidades/Exigível a Curto Prazo	1,41	1,38

Fonte: Elaboração Própria

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro positivo face ao ano transato do Município de Fornos de Algodres.

A estrutura do ativo mantém-se praticamente inalterada relativamente a 2024.

Na estrutura do passivo constatou-se um ligeiro aumento dos passivos de curto prazo comparativamente com o ano 2024.

A autarquia deve apresentar uma certa independência em relação a capitais alheios, pelo que, no financiamento dos seus investimentos, deve recorrer essencialmente a capitais próprios. O Grau de Autonomia analisa a parcela dos ativos que é financiada por capital próprio.

Traduz a capacidade da empresa de financiar o ativo através dos capitais próprios sem ter de recorrer a empréstimos. Este rácio em 2025 tem o valor de 0,29, melhorando face ao ano anterior.

A Câmara Municipal de Fornos de Algodres, acumulou desde 2004 resultados líquidos negativos que se refletem nos resultados transitados, que no ano 2025 representam o valor acumulado de (-)7.511.066,07€, pelo que a sustentabilidade financeira, comprovada pela autonomia financeira, o que compromete a autonomia financeira nos próximos anos, tendo um reflexo positivo no ano 2024, com resultados positivos de 157.236€ e será também influenciado positivamente pelos resultados de 2025, com um valor de 587.326€.

Os rácios de liquidez dão ideia da capacidade da empresa para satisfazer os seus compromissos de curto prazo.

O Grau de Liquidez Geral revela-nos a capacidade que a empresa tem de solver as suas obrigações correntes. É um teste de solvência a curto prazo. O Município tem uma liquidez geral em 2025 de 1,73. Este rácio deve ser pelo menos igual a um, para que se verifique um equilíbrio financeiro mínimo e tal verificou-se. Conclui-se que o Ativo Circulante é superior às Dívidas a Curto Prazo conduzindo desta forma a um Fundo de Maneio positivo. Facto que se verifica desde o ano de 2015.

O Grau de Liquidez imediata é aquele que restringe ainda mais o conceito de ativos líquidos, cingindo-os às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo de uma empresa. É utilizada pelos analistas que pretendem conhecer o grau de cobertura dos passivos circulantes por disponibilidades. O valor em 2025 é de 1,56 o que representa que as disponibilidades são suficientes para cobrir o passivo circulante.

O Grau de Solvabilidade representa a capacidade de a empresa solver os seus compromissos a médio e longo prazo, isto é, a capacidade de pagar as dívidas. Traduz a posição de independência da empresa face aos credores. O nível satisfatório para o Grau de Solvabilidade é o valor 1.

O Grau de Solvabilidade em 2024 é de 1,41, o que significa que a capacidade do Município em cumprir os seus compromissos está garantida o que, do ponto de vista económico representa um capital próprio que garante a liquidação do seu passivo e tem expectativas de resultados que garantam a sua sobrevivência futura.

Conclui-se que os meios próprios da autarquia se revelam suficientes para cumprir todas as suas obrigações à medida que se vão vencendo.

5.2 Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados por Natureza adequa-se ao previsto no novo Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), apresentando os resultados das operações económicas (gastos e rendimentos) da Autarquia durante o ano de 2025.

Quadro 26 - Demonstração dos Resultados por Natureza

Capítulo (1)	DR Designação (2)	2025		2024		Variação 2025 vs 2024	
		Valor € (3)	Peso % (4)	Valor € (5)	Peso % (6)	€ (7) = (3) - (5)	% (8) = (3) / (5)
Custos e perdas							
1	Custos Merc. Vend. e das mat. Consumidas	243 708	2%	237 582	2%	6 147	3%
2	Fornecimentos e Serviços Externos	3 306 725	32%	3 151 347	31%	155 378	5%
3	Gastos com Pessoal	3 455 004	33%	2 848 443	28%	606 561	21%
4	Transferências e Subsídios Concedidos	760 479	7%	979 795	10%	-219 316	-22%
5	Gastos/reversões de Depreciação e Amortização	2 341 487	23%	2 531 663	25%	-190 176	-8%
6	Provisões	-24 325	0%	-24 496	0%	170	-1%
7	Juros e Gastos Similares Suportados	235 547	2%	253 527	3%	-17 979	-7%
8	Outros Gastos	51 944	1%	51 510	1%	434	1%
	Total	10 370 568	100%	10 029 350	100%	341 218	3%
Proveitos e ganhos							
9	Vendas e Prestações de Serviços	659 695	6%	658 611	6%	1 085	0%
10	Imposits, Contribuições e Taxas	1 202 385	11%	1 101 391	11%	100 995	9%
11	Variação da produção	0	0%	0	0%	0	
12	Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	6 783 867	62%	6 269 084	62%	514 783	8%
13	Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0	0%	0	0%	0	
14	Outros Proveitos	2 311 947	21%	2 157 501	21%	154 446	7%
	Total	10 957 895	100%	10 186 586	100%	771 308	8%
	Resultado líquido do exercício	587 326	100%	157 236	100%	430 090	274%

Fonte: Elaboração Própria

Os gastos reconhecidos no exercício de 2025 apresentam, no seu conjunto, um acréscimo de 341.218€ relativamente ao ano anterior.

Os **Gastos com Pessoal** têm um peso nos gastos da autarquia de 33%, sendo ligeiramente superiores ao peso dos **Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)**, com um peso 32% nos gastos totais.

Os rendimentos aumentaram em 430.090€ em relação a 2024, influenciados pela rubrica de **Transferências e Subsídios Correntes Obtidos**.

Do balanceamento entre os gastos e rendimentos resulta um resultado líquido do exercício positivo de 587.326€.

5.3 Análise à Situação da Dívida

5.3.1 Dívida Global

A gestão da dívida está refletida no quadro abaixo.

Quadro 27 - Evolução da Dívida Bancária

Dívida Bancária	Capital em dívida 31/12/2025	Capital em dívida 31/12/2024	Variação 2024 vs 2025	
	€	€	€	%
(1)	(2)	(3)	(4) = (3) - (2)	(5) = (3) / (2)
Médio Longo Prazo				
FAM	24 062 396	24 769 838	707 442	2,94%
Total	24 062 396	24 769 838	707 442	

Fonte: Elaboração Própria

A dívida bancária de médio e longo prazo integra a dívida com o empréstimo relativo ao Fundo de Apoio Municipal (FAM). No final do ano de 2025 esta dívida ascendia a 24.062.396€, registando uma diminuição de 707.442€.

5.3.2 Serviço de Dívida

Quadro 28 - Evolução do Serviço da Dívida

Serviço da dívida (MLP)	2025	2024	Variação 2024 vs 2025	
	€	€	€	%
(1)	(2)	(3)	(4) = (3) - (2)	(5) = (3) / (2)
Juros	235 485	271 019	35 533	15,09%
Amortizações	707 442	715 988	8 546	1,21%
Total	942 927	987 007	44 080	4,67%

Fonte: Elaboração Própria

O total gasto no serviço da dívida foi de 942.927€ no ano de 2025 e 987.007€ em 2024, que significa um decréscimo de 1,21% face ao valor gasto no ano transato.

5.3.3 Dívida Total

De acordo com a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, que revoga a Lei n.º 2/2007, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 exercícios) devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira.

Quadro 29 - Índices de Mecanismos de Recuperação Financeira

Dívida total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 exercícios	Saneamento Financeiro	Recuperação Financeira
(1)	(2)	(3)
≥ 1 e $\leq 1,5$	Facultativo	-
$> 0,75$ (dívida total excluindo empréstimos)	Obrigatório	-
> 1 e $< 2,25$	Obrigatório	-
$\geq 2,25$ e ≤ 3	Obrigatório	Facultativo
> 3	-	Obrigatório

Fonte: Elaboração Própria

A 31 de dezembro de 2025 o Município de Fornos de Algodres encontra-se em situação passível de recurso a um dos mecanismos de recuperação financeira referidos no art.º 57 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro,

uma vez que a dívida total representa 3,23 vezes a média da receita corrente líquida cobrada dos últimos três exercícios.

A dívida total e o excesso de endividamento estão apresentados no quadro seguinte, estando contemplada quer a dívida do Município, quer a das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total a que se refere o art.º 54º da Lei n.73/2013 de 3 de setembro, sendo a mesma provisória.

Quadro 30 - Limites do Endividamento

Rúbrica	Valor €
(1)	(2)
Média da Receita Corrente Líquida Cobrada	7 514 945
Limite da dívida (1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três anos)	11 272 417
Dívida total	24 309 782
Dívida a Terceiros - Passivo não Corrente	27 182 910
Dívida a Terceiros - Passivo Corrente	1 503 305
Excesso	-13 037 364
Recuperação Financeira	3,23

Fonte: Elaboração Própria

Assim caso fosse aplicável a regra geral nos termos da alínea a) do n.º 3 do referido artigo, o Município deveria reduzir no final do ano pelo menos 10% do excesso de dívida total do ano anterior. Contudo e em face dos objetivos do Plano de Ajustamento Municipal, os indicadores aplicáveis são os previstos naquele Plano.

5.4 Equilíbrio Orçamental

Conforme artigo 40.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro:

- Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.
- Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

3. O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.
4. Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médios e longo prazo o montante correspondente à divisão do capital contratado pelo número de anos de contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

O quadro seguinte demonstra o cálculo da verificação do equilíbrio orçamental a 31 de dezembro de 2025:

Quadro 31 - Equilíbrio Orçamental

Receita corrente bruta cobrada	Despesa Corrente Paga	Amortização Média	Valor apurado para verificação do equilíbrio orçamental	Excesso
(1)	(2)	(3)	(4) = (2) + (3)	(5) = (4) - (1)
8 829 857	7 730 828	822 875	8 553 703	-276 155

Fonte: Elaboração Própria

Nos termos do n.º 2 do artigo 40.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Assim, e sem prejuízo do referido no paragrafo seguinte, a receita corrente bruta cobrada foi de 8.829.857€, a despesa corrente foi de 7.730.828€, resultando num saldo corrente positivo. Este saldo deduzido do valor das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo (822.875€), origina um saldo final positivo de 276.155€. O excedente originado não permitiu cobrir na sua plenitude o saldo negativo verificado em 2024, no valor de 331.781€.

5.5 Plano Ajustamento Municipal

Anexo I

5.6 Contabilidade de Gestão

Anexo II

5.7 Proposta de Aplicação de Resultados

Para cumprimento das condições exigidas, propõe-se que o Resultado Líquido positivo de 587.326,43€ tenha a seguinte aplicação:

- 587.326,43€ para Resultados Transitados.

O Presidente da Câmara Municipal

(Dr. Alexandre Filipe Fernandes Lote)